

Ponencia al  
III Congreso de la AUCIP

NUEVAS IZQUIERDAS INSTITUCIONALES<sup>1</sup>

**Gustavo Giora**

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (Brasil)

[gustavo@giora.com.br](mailto:gustavo@giora.com.br)

**RESÚMEN**

En términos de tercera ola de democratización, los planos político y económico, conjuran políticas públicas en un escenario que enfrentó fuerte transición (neo)liberal con significantes reformas estructurales. Lo que se percibe, en la expresión de Lanzaro (2004) es una inflexión pos-liberal, a lo que parece patrocinada solamente por la izquierda institucionalizada y social demócrata. A través del análisis bibliográfico y estadístico, este trabajo investiga las nuevas izquierdas que ascendieron a los gobiernos de Brasil (PT - 2003), Chile (PS - 2001) y Uruguay (FA - 2005). Objetiva establecer si existe una diferencia entre esas izquierdas y las otras en la región al punto de las primeras poder considerarse como de izquierda socialdemócrata. Para el análisis se seleccionaron todas las elecciones libres y democráticas que tuvieron lugar después de 1984 con disputa para la Cámara Baja (elecciones para diputados) en la Argentina (7), Bolivia (6), Brasil (6), Chile (5), Ecuador (5), Uruguay (5) y Venezuela (5). Con estos datos se analizaron medidas de dispersión, de volatilidad electoral y de competencia efectiva, con la ayuda de herramientas específicas, dentro de cada sistema nacional. Los resultados indican que las izquierdas en Brasil, Chile y Uruguay tienen un mayor grado de institucionalización y de estabilidad de sus sistemas de partidos, validando la hipótesis de que se tratan de social-democracias con disputa de elecciones competitivas y así mantenerlas después de una victoria.

Palabras Clave: Sistema Político – Elecciones – ConoSur

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “La Ciencia Política desde el Sur”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 14-16 de noviembre de 2012

## SOCIALDEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL

O objetivo central deste trabalho está na tentativa de verificar a existência de um grupo de governos de esquerda capazes de serem considerados como socialdemocracias. Certamente que não se busca a existência de um modelo sueco, nem mesmo um modelo inglês de socialdemocracia se pretende encontrar. Mais que um modelo de gestão socialdemocrata, neste capítulo o que queremos demonstrar é a existência, ou não, de governos de esquerda dotadas do compromisso socialdemocrata em termos eleitorais.

A participação e a vitória dentro das regras democráticas impostas, com sua manutenção no período seguinte é um primeiro passo da análise. A ideia reformista passa pela aceitação das regras de competição eleitoral, essencialmente pela participação e cooperação com um sistema relativamente institucionalizado. A separação entre institucionalismo e populismo das esquerdas é o primeiro momento a ser analisado.

A verificação da institucionalização dos sistemas eleitorais, de partidos e da própria esquerda sul-americana é o passo inicial na busca dos elementos capazes de responder a indagação do tipo de esquerda presente em cada país. Mensurar institucionalização é algo bastante complicado e traiçoeiro, bem sabem os cientistas políticos. Por isso optamos em fazer uma análise comparada, inicialmente, com o intuito de tentar estabelecer se existem diferenças institucionais entre as várias esquerdas que se encontram no poder.

Talvez os dados capazes de melhor fornecer subsídios à nossa questão são aqueles referentes à força dessas esquerdas e à competição do sistema em que elas estão inseridas. A existência de um sistema competitivo nos parece forte indicador da possível coexistência da esquerda com uma oposição forte, capaz de imprimir certa *accountability* que uma oposição, quando existentes, dentro de um sistema sem competição não poderia fazê-lo. Partimos da premissa que, como analisa Tsebelis (2002), a existência de veto players reduz o grau de liberdade para a implantação de determinadas políticas pelos agentes.

Em sistemas mais institucionalizados, onde as esquerdas se apresentam como forças progressistas, a existência de veto players tem como resultado o aumento do custo de transformações sobre o *status quo*. Da mesma forma, o governo se vê obrigado a ampliar sua base de sustentação e, por vezes, buscar apoio para determinados projetos dentro da própria

oposição. Isso gera custo e acima de tudo, muitas vezes, a necessidade da confecção de acordos sub-ótimos capazes de permitir, parcialmente, a consecução de certos projetos.

Outras medidas de dispersão, como o número efetivo de partidos (NEP) e a fragmentação são elementos ilustrativos para o complemento da análise. Da mesma forma, a volatilidade eleitoral nos permite ver mais claramente indícios de uma maior ou menor institucionalização das esquerdas e do próprio sistema.

Com o auxílio dessas ferramentas buscaremos identificar se existem esquerdas dotadas de um maior grau de estabilidade institucional do que outras na América do Sul. Os sistemas dentro dos quais essas esquerdas estão inseridas e sua institucionalização, medida por menores graus de volatilidade, completam a análise e os dados com base nos quais se busca responder sobre a existência de uma esquerda institucional sul-americana capaz de configurar uma socialdemocracia ainda que com características locais.

### *Definindo a Socialdemocracia Criolla<sup>2</sup>*

Para Huntington (1975) institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos ganham aceitação e respeito por parte dos que deles se utilizam, adquirindo estabilidade. O grau de institucionalização do sistema político é dado pela adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência de suas organizações e procedimentos.

Dentro dessa conceituação a adaptabilidade como conceito é a capacidade do sistema de enfrentar novas situações sem ruir ou tornar-se inviável. A complexidade a capacidade de desempenhar múltiplas funções, através de diversas organizações. Autonomia a capacidade do sistema de definir metas e critérios próprios, não se reduzindo a mero instrumento de outros sistemas e forças sociais. E coerência a presença, no sistema político, de consenso sobre as metas, critérios e campos de ação legítimos ou não.

Dentro da tese huntingtoniana a rápida modernização (definida como mobilização social juntamente com desenvolvimento econômico) não leva a desenvolvimento, senão a decadência política. Isso se dá, pois: (a) se a mobilização social é mais rápida do que o desenvolvimento econômico, tem-se frustração social; (b) se o

---

<sup>2</sup> A expressão foi cunhada por Jorge Lanzaro ao estabelecer o conjunto de governos socialdemocratas sul-americanos em contraposição a outras experiências de esquerda verificadas no continente. O termo *Criolla*, ou crioula, em português, tem a conotação daquilo que é nativo de certa região, em oposição ao que vem do exterior.

desenvolvimento econômico é maior do que as oportunidades de mobilidade social ascendente tem-se crescente participação política; (c) se a participação política excede o permitido pelo grau de institucionalização política, tem-se instabilidade. Logo, se a participação aumenta, deve também aumentar a institucionalização, sob pena de instabilidade.

O aumento da institucionalização está vinculado ao aumento dos graus de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência do sistema. Grande importância é dada seja aos partidos políticos, canais de participação legítima, seja à administração eficaz, instrumento do desempenho satisfatório do sistema político, seja, em geral, ao aumento de poder no sistema, em lugar da sua dispersão, ao menos nos estádios iniciais do processo de mudança.

A identificação de um grupo de governos socialdemocrata surge frente um panorama latino-americano onde vemos esquerdas com ou sem partidos atuando em sistemas com partidos fortes e consolidados ou em pleno colapso. Onde o grau de competição entre os partidos em cada caso nacional é determinante para a definição dos processos eleitorais, das práticas de governo e da consistência da oposição.

O grau de institucionalidade dessas esquerdas é o elemento distintivo entre elas e as demais esquerdas da região. Em regra a institucionalização de cada partido em análise - PT (Brasil); PS (Chile) e FA (Uruguai) - está vinculada aos traços definidores do sistema de partidos em seu conjunto, mas com dinâmica própria e características específicas em cada caso.

Os três partidos de esquerda são partidos firmemente estabelecidos e que alcançam o governo com mais de vinte anos de existência com o feito de terem sobrevivido ao período autoritário anterior. São partidos estruturados fortemente vinculados com a oposição democrática nos períodos que antecederam seus governos e que têm em comum uma matriz sindical muito forte em sua origem.

Digno de destaque a manutenção e ampliação da representação parlamentar desses partidos ao longo dos anos e o fato de levarem a cabo competições eleitorais presidenciais sempre em condições de vitória, seja encabeçando coligações ou delas fazendo parte importante. Para Lanzaro (2006) isso implica um compromisso importante que envolve

acumulação de experiência, responsabilidade e aprendizagem democrática. Esse processo se inicia no período autoritário permitindo condições para uma transição democrática dentro das regras estabelecidas.

A institucionalização partidária dessas esquerdas socialdemocratas está vinculada a todo um processo de longevidade associada à continuidade e adaptatividade frente às mudanças econômicas e sociais capazes de formar lideranças capazes de vencer eleições sem a ocorrência de rupturas do sistema de partidos ou do eleitoral. Sendo este um dos elementos diferenciadores das socialdemocracias frente às demais esquerdas que governam a América do Sul.

O Gráfico 1 é elaborado com base no número de eleições e anos que foram necessários para que os partidos de esquerda vencessem eleições para os governos dos países referidos. A contagem de eleições e de anos inicia-se, em cada caso nacional, com a última ruptura na linha do ciclo democrático (renúncia, afastamento, impeachment, redemocratização) a fim de estabelecer se a eleição do partido ou movimento de esquerda vitorioso tem uma vinculação institucional com o sistema ou se é fruto da erosão do sistema ou de alguma crise aguda que permite a vitória de uma esquerda sem comprometimento com o sistema de partidos.

O que se vê é a aglomeração no canto inferior esquerdo dos casos da Argentina, Equador, Venezuela e Bolívia. Nesses casos a vitória dos partidos ou movimento de esquerda se dá logo após, ou muito próximo de crises institucionais que acarretam a renúncia, impedimento ou afastamento dos presidentes nos períodos exatamente anteriores a sua vitória nas urnas. No caso de Argentina e Equador a vitória da esquerda se dá na primeira eleição e dentro de um ano após as crises institucionais. Já na Bolívia a vitória do MAS de Evo Morales (em 22 de dezembro) é na primeira eleição e seis meses após a queda de Carlos Mesa (09 de junho).

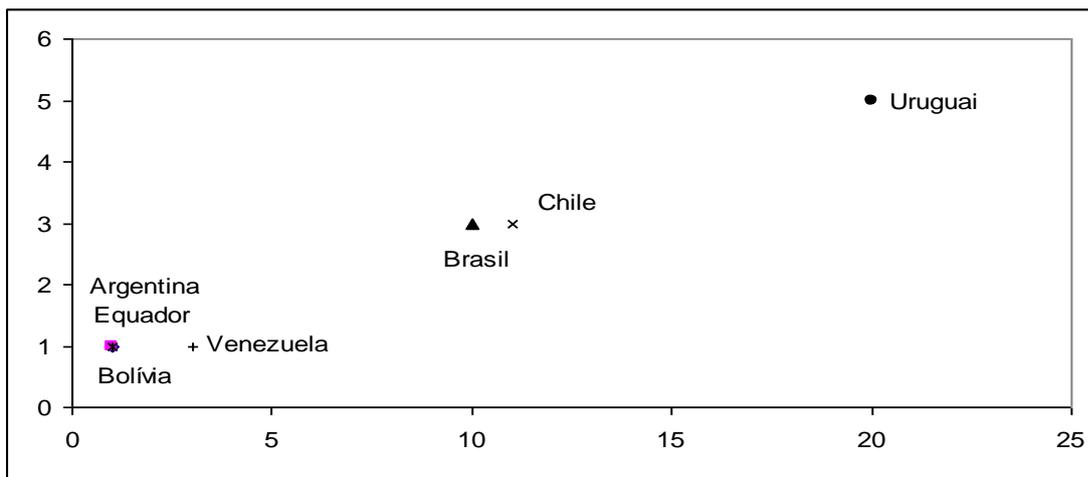
A posição central do gráfico é ocupada por Brasil e Chile. No caso brasileiro o marco adotado foi a renúncia do presidente Fernando Collor como início do novo ciclo. Assim, o PT de Lula da Silva (sempre tendo ele como candidato) operou mais 10 anos como oposição e foi eleito na terceira tentativa nesse ciclo<sup>3</sup>. No caso chileno a posição é alcançada

---

<sup>3</sup> Cabe referir que se levada em conta a eleição de 1989 onde Lula da Silva (PT) foi derrotado por Fernando Collor (PRN) a posição do Brasil no gráfico seria intermediária na diagonal entre Chile e Uruguai..

levando em conta as três eleições após a redemocratização onde o PS encabeça a chapa da Concertación apenas com Ricardo Lagos, em 2000, mesmo assim, a força do PS como base de sustentação parlamentar do governo segue bem abaixo do PDC em todos os períodos (entre 6 e 13% frente 20 e 30% do PDC). Por isso o PS alcança o governo na terceira eleição e 11 anos a partir do novo ciclo (redemocratização em 1989).

**Gráfico 1**  
Espera até Governar em Novo Ciclo Democrático (Eleições X Anos)



Fonte: Elaboração Própria

Os fatos são corroborados pela verificação dos três partidos (PS, PT e FA) estarem inseridos dentro de sistemas de partidos plurais e competitivos com relativa institucionalização. A institucionalização significa que os sistemas adquirem estabilidade e sua valorização, enquanto sistema, parte primeiro de seus integrantes e depois pela cidadania que, em maior ou menor grau, vê no sistema a melhor forma de representação possível (ou a menos pior). O reconhecimento por parte de eleitores e partidos da legitimidade do sistema como indicador da representação política e do arbitramento do contencioso político, de forma democrática, garante o incremento do grau de institucionalização.

Lanzaro (2006) cita que os estudos sobre esse ponto indicam, sistematicamente, alto grau de institucionalidade no Chile e no Uruguai. No caso brasileiro o que verifica é um incremento bastante significativo nas últimas décadas e de forma sustentável. A esquerda institucional também é marcada pela contribuição à estabilidade dos sistemas, seja operando nas transições democráticas, seja no desempenho obtido logo a seguir, ora como integrante de coalizão de governo (Chile) ou como força relevante de oposição (Brasil e Uruguai).

## *Força e Competição Efetiva*

Notadamente a institucionalização necessita de sistemas de partidos plurais e com efetiva competição para bem prosperar. Os resultados eleitorais e a representação política devem manter certa paridade a fim de projetar equilíbrio institucional. Grandes alternâncias na força dos partidos, ou mesmo a vitória de partidos que não existiam na eleição anterior são traços claros da ruptura do sistema de partidos e da institucionalização como um todo.

No ensinamento de Tsebelis (2002), a deterioração de veto players acaba por afetar determinadamente a institucionalização do sistema. Com a perda de força ou inexistência de oposição forte e competitiva, existe clara ampliação dos graus de liberdade para o governo. A drástica redução dos custos de mudança do *status quo* pela ausência de outras forças competitivas gera a possibilidade de reforma fácil, geralmente levando à desinstitucionalização.

A institucionalização e a competitividade são características que não estão necessariamente atreladas. Embora se possa pensar inicialmente que a competição fortalece a institucionalização, esta via não é de mão dupla. A existência de sistemas fortemente institucionalizados que não são competitivos atesta esta hipótese, onde o caso do México sob o hegemônico PRI é o exemplo mais característico na América Latina. No Uruguai e no Chile tanto a institucionalização do sistema como a competição efetiva do sistema de partidos está bem consolidada. Já no caso brasileiro o que se verifica é uma crescente institucionalização dentro de um sistema de partidos mais plural e bastante competitivo.

A competição efetiva é uma característica fundamental dentro da análise da institucionalidade democrática de um sistema de partidos. Sua sistemática de aferição se dá pela medição das alternâncias na composição do governo e pela margem com que um partido ou coalizão vence uma determinada eleição, ou seja, a razão entre a porcentagem de votos do partido/coalizão triunfante sobre os demais contendores. O peso eleitoral da oposição e do governo é determinante na aferição do índice de competição efetiva. A força dos blocos está vinculada à magnitude de cada contingente, à organização partidária e ao grau de fragmentação de cada um, por isso boa parte do poder político depende da representação parlamentar no governo central - apesar de outras circunstâncias se apresentarem como

bastante relevantes, entre as quais se destacam a distribuição regional da autoridade, seja nos regimes unitários ou federativos.

Altman e Pérez Liñan (2002) apresentam o índice de competição efetiva como medida capaz de aferir o poder relativo do governo e da oposição com base no número de cadeiras de cada partido ou coligação na câmara baixa. Essa representação é ponderada pela quantidade de partidos que integram cada bloco, pois se subentende que oposição e governo apresentam distintas potencialidades dependendo do número de partidos que compõe cada bloco. Medidas similares foram propostas por Powell (1986) e por Ranney (1965), contudo tais instrumentos partem da concepção de alternância de poder em democracia com pelo menos duas décadas de repetição eleitoral ininterrupta, o que as torna pouco úteis na análise para democracias novas, pós período autoritário, como as sul-americanas.

Outros como Pedersen (1985) e Caldeira (1983) aferem o nível de competição como o percentual de votos do vencedor, a margem percentual de vitória e a margem bruta de votos obtida pelo vencedor. Altman e Pérez Liñan (2002) propõe outra forma de mensurar a competitividade do sistema posto que as propostas anteriores apresentam pesado *bias* em sistemas eleitorais bipartidários onde as margens de vitória tendem a ser cada vez mais restritas se comparadas com democracias multipartidárias. A medida proposta apresenta a acessibilidade da oposição ao poder como a diferença entre as cadeiras obtidas pela oposição e pelo governo na câmara baixa. O índice proposto é mais uma medida de potencial de contestação do que um indicador de proximidade de escrutínios eleitorais, refletindo arranjos consociativos dividindo o legislativo como efetiva partição do poder mesmo se a distribuição dos votos não foi equilibrada.

O índice de Competitividade ( $C$ )<sup>4</sup> de Altman e Pérez Liñan (2002) penaliza a fragmentação favorecendo o “*partido típico*” seja na oposição ou no governo na medida em que pondera a participação de cada um no total de cadeiras em disputa. O índice varia entre zero (controle total do legislativo por um partido ou coligação) e 1 (perfeito equilíbrio entre oposição e governo). Para efeito de operacionalização, considera-se oposição todos os partidos com assento legislativo nas Câmaras Baixas que não o partido ou coligação

---

<sup>4</sup> Basicamente o Índice de Competição Efetiva ( $C$ ) é obtido através da fórmula  $C = 1 - |(G - O) / 100|$ , onde  $(O) = \sum o_i^2 / \sum o_i$  e  $(G) = \sum g_i^2 / \sum g_i$ , onde  $(O)$  é o índice da oposição típica e  $(G)$  o do partido ou coligação de governo.

governante e também os que não fizeram parte da coligação que elegeu o presidente. De outro lado, o índice de partidos do governo leva em consideração o partido que controla o executivo como resultado de uma dada eleição. Coligação ou coalizão de governo, para efeitos de cálculo engloba todo partido com representação na Câmara Baixa que tenham feito pacto explícito ou participado na mesma lista ou chapa eleitoral do partido governante, ou seja, partidos que apresentaram como candidato a presidente aquele que se sagrou eleito.

Questões como coligações pós-eleitorais que permitem a governabilidade não são medidas pelo índice (C), mas como afirmam Altman e Pérez Liñan (2002):

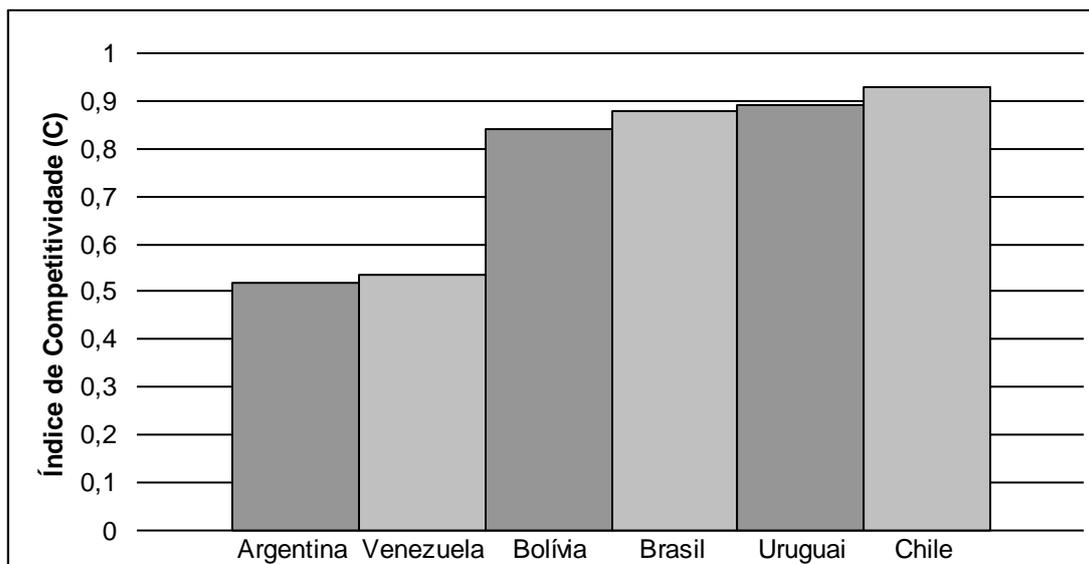
We are aware that the majority of government coalitions in Latin America are post-electoral, but post-electoral coalitions are not relevant for our measurement. The fact that the executive has to negotiate the formation of a government coalition with the opposition parties shows the presence of a competitive party system rather a non-competitive one. (Altman e Pérez Liñan; 2002:98)

O Gráfico 2 deriva da aplicação dos enunciados matemáticos do índice (C) para o período de 1989 a 2008, contabilizando as médias das últimas cinco eleições para a câmara de deputados em cada um dos países presentes no gráfico. A única correção se dá quanto às eleições argentinas onde se utilizou a média ponderada das últimas dez eleições dado que elas ocorrem de dois em dois anos com renovações parciais da representação parlamentar.

Chile, Uruguai, Brasil e Bolívia apresentam índices amplamente superiores aos de Venezuela e Argentina. Com competição efetiva mais alta percebe-se que são poliarquias mais competitivas, onde a alternância de poder, pela força da oposição, é possível sem a necessidade de qualquer tipo de ruptura institucional ou surgimento de partido desafiante sem qualquer tradição política. Da mesma forma a necessidade de *accountability* é ampliada pela fiscalização de uma oposição mais forte.

Uma análise mais individualizada de cada caso indica que a Bolívia teve um decréscimo considerável na competição efetiva nas últimas eleições para a Câmara de Deputados. Tal resultado a colocaria em um meio termo entre o resultado obtido pelas esquerdas social democráticas e as demais esquerdas do continente. Mas a inconsistência do padrão de competitividade, em especial quando se verifica redução no índice, atesta a possível hegemonização do partido de governo.

**Gráfico 2**  
Índice de Competitividade Médio das Poliarquias de Esquerda Sul-Americanas  
(1989-2008)\*



Fonte: Elaboração Própria através do índice de Altman e Pérez Liñan (2002)<sup>5</sup>.

\* O Equador foi excluído tendo em vista possuir alta fragmentação partidária o que não permite uma boa aplicação para o índice (C) posto que a base de apoio eleitoral da chapa presidencial chega a apenas 8%.

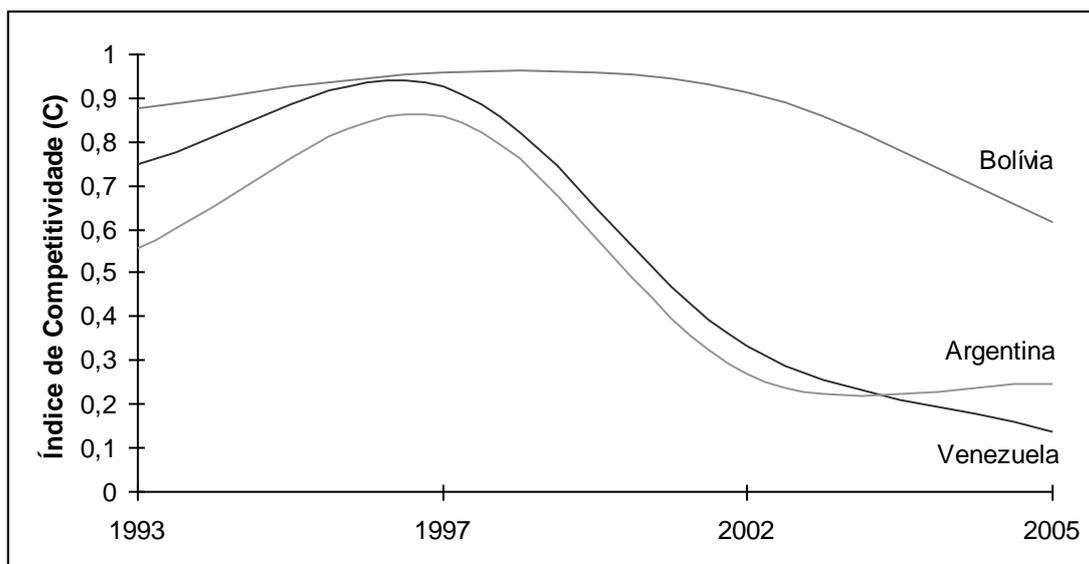
Do Gráfico 3 infere-se que a competição dentro do sistema político boliviano sofreu com a eleição de mais de metade dos deputados pertencendo ao partido do governo, MAS (com 72 das 130 cadeiras em disputa) ao passo que o maior bloco de oposição o PODEMOS obteve 43 cadeiras. Na Argentina a competição eleitoral começa a diminuir após a vitória do bloco oposicionista URC-FREPASO que em 2001 leva ao rompimento institucional e as crises de governabilidade com a renúncia do então presidente Fernando de la Rúa. O período pós-renúncia é marcado pela retomada do crescimento do Partido Justicialista como maior força e pelo desfazimento e fragmentação dos blocos de oposição.

A linha declinante da competição eleitoral na Bolívia tende a se ampliar com a disputa entre o Presidente eleito Alejandro Toledo (MAS) na medida em que se acentua o conflito político por mais autonomia dos estados não alinhados com o governo central boliviano. Da mesma forma a hegemonia dos Kirshner (PJ) na Argentina e a de Hugo Chávez (MVR) na Venezuela, se traduzem em configurações hegemônicas de seus blocos de apoio no legislativo. No segundo caso, a hegemonia se acentua com a retirada de grande parte dos partidos de oposição do pleito legislativo, como em 2006.

### Gráfico 3.3

#### Índice de Competitividade das Outras Esquerdas 1989-2007

<sup>5</sup> Dados: Tribunal Superior Eleitoral (Brasil); Corte Electoral (Uruguai); Ministério del Interior (Chile); Consejo Nacional Electoral (Venezuela); Dirección Nacional Electoral (Argentina); Corte Nacional Electoral (Bolívia).



Fonte: Elaboração Própria com dados do Consejo Nacional Electoral (Venezuela); Dirección Nacional Electoral (Argentina); Corte Nacional Electoral (Bolívia).

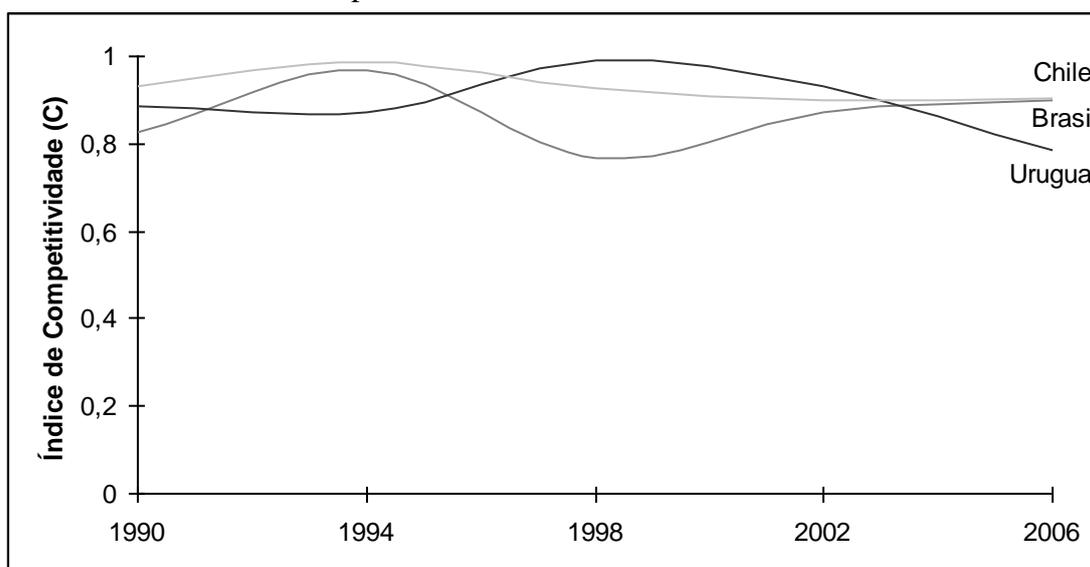
Agrupando os casos de Brasil, Chile e Uruguai no Gráfico 4, percebe-se que os países com governos de esquerda tidos por socialdemocratas mantêm um grau de competência efetiva alto e relativamente constante. Essa característica é anterior a instalação de governos de esquerda nos três países e se mantém após a vitória da socialdemocracia *criolla*. Essa característica nos parece fundamental na ideia da existência de um grupo de esquerdas sul-americanas diferenciada.

Essa diferenciação vem da necessidade das esquerdas, nesses casos, de integrar e ampliar, paulatinamente, seus ganhos eleitorais. Independentemente de vitórias mais amplas ou mais apertadas por parte da chapa presidencial, o equilíbrio e a confirmação de serem poliarquias competitivas se mantêm no período. Esse equilíbrio, que independe da esquerda estar no governo ou na oposição, não só garante competitividade aos sistemas partidário/eleitorais, mas garante um grau de institucionalização que vem afiançado pela volatilidade eleitoral.

No caso do Brasil percebe-se que a competitividade efetiva tende a ser maior quando não há candidato presidencial concorrendo à reeleição (como nos anos de 1994 e 2002). Quando o presidente busca a reeleição o resultado não é tão direto a ponto de reduzir a capacidade competitiva da oposição como regra. Em 1998 a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) gerou uma redução de competitividade, entretanto em 2006 a reeleição de Lula da Silva (PT) não teve o mesmo efeito gerando, inclusive, um aumento marginal na competição efetiva medida por (C).

**Gráfico 4**

Índice de Competitividade das Socialdemocracias 1989-2006



Fonte: Elaboração Própria com dados: Tribunal Superior Eleitoral (Brasil); Corte Electoral (Uruguai); Ministério del Interior (Chile).

O Chile é o caso onde a competição efetiva é mais estável. O fato da *Concertación* ser o bloco vitorioso em todas as eleições desde a restauração da democracia (1989), até a presente data, não lhe permitiu se transformar em bloco hegemônico dentro da política chilena. Também não conseguiu enfraquecer o bloco de oposição ao ponto da competição efetiva ter variado apenas em seu decil mais alto (0,9 – 1,0). Independente de vitórias mais amplas ou mais apertadas por serem dois blocos dentro de um sistema que apresenta baixa volatilidade eleitoral, o sistema chileno se institucionaliza (sob o comando de uma esquerda histórica, mas renovada) como o sistema de menor volatilidade eleitoral e maior competitividade efetiva nas décadas pós-redemocratização na América do Sul.

No Uruguai onde a volatilidade eleitoral sofreu variação para cima em decorrência da vitória da oposição, a competitividade efetiva também foi afetada. Variações de amplitude podem ser verificadas nas ondas do Gráfico 4 em referência ao Uruguai, contudo elas são mais tênues que as verificadas para o Brasil. O ápice da competição efetiva se deu após as reformas Constitucional/Eleitorais de 1996/1997 que implicam a volatilidade e o índice (C) nas eleições gerais de 1999. Mesmo com a vitória do colorado Jorge Batlle, em segundo turno, a oposição obteve a maior bancada (40 deputados do total de 99<sup>6</sup>) frente uma maioria governista que teve de ser composta de forma pós-eleitoral (33 colorados e 22

<sup>6</sup> Outros dois partidos apresentaram candidaturas à presidência do Uruguai em 2000, sendo relevante apenas a participação do Novo Espaço que obteve 4 cadeiras à Câmara Baixa e integrou-se à oposição na XL legislatura.

blancos). A vitória da esquerda, em primeiro turno, nas eleições presidenciais e legislativas de 2005 teve como consequência o aumento da volatilidade pela perda de cadeiras dos colorados (dos 33 para 10) para os frenteamplistas (de 40 para 56) e a ampliação dos blancos (de 22 para 36). A competitividade efetiva medida sofreu decréscimo pela obtenção, por parte da FA da maioria absoluta na câmara baixa. Contudo, ainda que declinante, o índice (C) permaneceu alto (0,78) e bem mais próximo dos de Brasil (0,9) e Chile (0,9) do que da média das demais esquerdas do continente (0,32).

Baixa volatilidade (ou volatilidade declinante) e alta competitividade efetiva (e constante) parecem ser os elementos caracterizadores, em termos de desempenho do sistema eleitoral e partidário, das socialdemocracias sul-americanas. Como a idéia de socialdemocracia está diretamente vinculada com a aceitação das regras democráticas, além das de mercado com base em um reformismo pragmático, parece necessário que esquerdas socialdemocratas tenham, se não como escopo, como modalidade intrínseca, a idéia de operarem dentro de um sistema competitivo, mesmo após alcançarem o governo. A competição efetiva, sinal de uma oposição forte, gera a necessária *accountability* que obstrui tentativas extra-institucionais por parte da esquerda recém-eleita.

A baixa volatilidade eleitoral também indica que, para os casos das socialdemocracias sul-americanas, a transição da oposição para o governo (nos casos de Brasil e Chile) se deu de forma institucionalizada e dentro de um sistema de partidos existente desde a redemocratização, sem a necessidade de rupturas. A desnecessidade da criação de novos partidos de oposição rompendo com o *establishment* ou de crises institucionais (associadas ou não) fortalece a idéia de partidos socialdemocratas quanto à forma de ascensão política em contraposição as formas remodeladas ou não do populismo de esquerda ou do nacional populismo vistos repetidas vezes no continente.

#### *Medidas de Dispersão: Fragmentação e NEP*

Com o intuito de mensurar a concentração de firmas em um determinado setor um índice foi especificamente criado por economistas como medida padrão de concentração ou dispersão. O índice de concentração de *Herfindal-Hirschman*, ou  $(HH)^7$ , como ficou conhecido, é calculado por meio da soma dos quadrados das participações de mercado.

---

7  $(HH) = \sum p_i^2$ ; onde  $p_i$  é a proporção de mercado controlado por uma empresa  $p$ .

O índice varia entre 0 e 1; onde o valor zero traduz um mercado em que não existe qualquer empresa e o valor 1 (um) traduz uma situação de monopólio, em que uma única empresa tem 100% de quota de mercado. Índices inspirados em *(HH)* têm sido utilizados em diversas disciplinas. Rae (1967) sugeriu um índice para mensurar a concentração de votos em uma eleição, ou das cadeiras no Legislativo, Com a intenção de mensurar a dispersão o Índice de fracionalização (*F*)<sup>8</sup>

O índice (*F*) varia de zero (hipótese onde um partido controla todas as cadeiras) a 1 (cada partido detém uma cadeira do Parlamento). Interpretado em termos de pares discordantes, revela qual é a probabilidade, em dada legislatura, de dois parlamentares pertencerem a partidos diferentes. Bastante utilizado na ciência política o (*F*) foi destaque em trabalhos de Sartori (1982) e Lan e Ersson (1994).

Laakso e Taagepera (1979) propuseram uma nova derivação de *(HH)*, o NEP (Número Efetivo de Partidos) ou (*N*) que se apresenta como a inversa de *(HH)*, ou seja:  $(N) = 1 / (HH)$ . No período mais recente da ciência política o índice (*N*) vem suplantando (*F*) nos estudos comparativos sobre sistemas eleitorais e sistemas partidários partidários (Taagepera e Shugart, 1989; Sartori, 1982; Lijphart, 1994, 2003; Cox, 1997; Farrel, 2001; Norris, 2004).

Independentemente da preferência do *mainstream* a Tabela 2 apresenta os resultados obtidos para o índice (*F*) nas quatro últimas eleições para a câmara baixa dos três casos selecionados (Brasil, Chile e Uruguai) e dos demais casos aonde governos de esquerda chegaram ao governo central.

Para compensar e melhor entender os resultados de (*F*) adotou-se, também, a média e o desvio padrão ( $\sigma$ ) para as amostras de cada país. O último, medida de dispersão mais usada, que pode ser considerada como uma medida de variabilidade dos dados de uma distribuição de frequências. O desvio padrão mede a dispersão dos valores individuais em torno da média. É uma medida estatística de volatilidade e tipicamente usado como um componente de outros indicadores mais do que um indicador individual. Valores altos para o desvio padrão ocorrem quando os dados que estão sendo analisados estão mudando

---

<sup>8</sup>  $(F) = 1 - (HH)$ ;

consideravelmente. Do mesmo modo, valores baixos para o desvio padrão ocorrem quando os indicadores são mais estáveis.

Pela Tabela 2 ( $F$ ) apresenta-se de forma errática em termos internacionais, não permitindo a diferenciação de nenhum grupo de países especificamente agrupados. Na Argentina a fragmentação vem aumentando, paulatinamente (de 0,65 para 0,73), ainda que com baixa volatilidade ( $\sigma = 0,03$ ). O mesmo parece estar ocorrendo no Chile, em menor escala ( $F$  de 0,78 para 0,83) mas com oscilações marginais no período e de forma bastante estável ( $\sigma = 0,02$ ). O Brasil apresenta a maior média do período, contudo essa dispersão é bastante estável ( $\sigma = 0,02$ ), denotando uma característica intrínseca do sistema eleitoral.

Tabela 2  
Índice de Fracionalização ( $F$ ) em Países com Governos de Esquerda<sup>9</sup>

	I	II	III	IV	Média	$\sigma$ .
Argentina	0,65	0,71	0,71	0,73	0,70	0,03
Bolívia	0,73	0,82	0,80	0,58	0,73	0,11
Brasil	0,88	0,85	0,88	0,89	0,88	0,02
Chile	0,78	0,81	0,80	0,83	0,80	0,02
Equador	0,80	0,80	0,86	0,83	0,82	0,03
Uruguai	0,70	0,70	0,67	0,58	0,66	0,06
Venezuela	0,78	0,82	0,64	0,48	0,68	0,15

Fonte: Elaboração Própria com dados Dados: Tribunal Superior Eleitoral (Brasil); Corte Electoral (Uruguai); Ministério del Interior (Chile); Consejo Nacional Electoral (Venezuela); Corte Nacional Electoral (Bolívia).

Equador, Bolívia e Venezuela na apresentam nenhum padrão bem definido no período como um todo, contudo se tomarmos apenas as eleições onde venceu a esquerda, o que se percebe, nos dois últimos casos, é uma forte redução da fragmentação, acarretando grande volatilidade no período ( $\sigma = 0,15$  para Venezuela e  $\sigma = 0,11$  para a Bolívia). O Equador, independente do resultado eleitoral mantém uma característica historicamente marcante, a grande e estável fragmentação. O Uruguai é o único caso que mostra uma redução constante da fragmentação (acelerada com a vitória da esquerda no último pleito), mas com certa estabilidade ( $\sigma = 0,06$ ).

Lijphart (1994) ensina as limitações de ( $F$ ) e as vantagens de ( $N$ ) na interpretação de dados sobre os resultados eleitorais:

<sup>9</sup> Os dados correspondem às eleições de Brasil (1994,1998,2002,2006); Bolívia (1993,1997,2002,2005); Chile (1993,1997,2001,2005); Uruguai (1989,1994,1999,2004) e Venezuela (1193,1998,2000,2005).

A grande vantagem de  $N$  é que ele pode ser visualizado mais facilmente como número de partidos do que o índice abstrato de Rae. Em um sistema bipartidário, com dois partidos igualmente fortes, o número efetivo é exatamente 2.00 ( $F=0,50$ ). Se um dos partidos é consideravelmente mais forte do que o outro, como, por exemplo, com votos ou cadeiras de 70% e 30%, o número efetivo de partidos é de 1.72 – em acordo com nosso julgamento intuitivo de que estamos nos movendo de um sistema bipartidário puro em direção a um sistema unipartidário ( $F = 0,42$ ). Do mesmo modo, com um sistema com três partidos exatamente iguais, a fórmula do número efetivo é de 3.00 ( $F = 0,67$ ). Se um desses partidos é mais fraco do que os outros dois, o número efetivo ficará em algum lugar entre 2.00 e 3.00, dependendo da força do terceiro partido ( $F$  estaria entre 0,50 e 0,67) (Lijphart, 1994:69).

A Tabela 3 apresenta os dados, para os mesmos casos da Tabela 2, mas sob a percepção do índice ( $N$ ). O desvio padrão também foi adotado como medida para verificar a estabilidade da dispersão.

Tabela 3  
Número Efetivo de Partidos ( $N$ ) em Países com Governos de Esquerda<sup>10</sup>

	I	II	III	IV	Média	$\sigma$
Argentina	2,9	3,5	3,5	3,7	3,4	0,3
Bolívia	3,7	5,5	5,0	2,4	4,1	1,4
Brasil	8,1	6,7	8,5	9,3	8,2	1,1
Chile	4,5	5,1	5,0	5,8	5,1	0,5
Equador	5,0	5,1	7,1	5,9	5,8	1,0
Uruguai	3,3	3,3	3,1	2,3	3,0	0,4
Venezuela	4,5	5,5	2,8	1,9	3,7	1,6

Fonte: Elaboração Própria com dados Dados: Tribunal Superior Eleitoral (Brasil); Corte Electoral (Uruguai); Ministério del Interior (Chile); Consejo Nacional Electoral (Venezuela); Corte Nacional Electoral (Bolívia).

Os dados iniciais obtidos através de ( $N$ ) indicam que assim como a fragmentação, o número efetivo de partidos também vem subindo na Argentina de forma bastante estável ( $\sigma = 0,3$ ) no decorrer dos pleitos eleitorais, independentemente de que lado obtém a vitória. O Chile segue caminho parecido e tem o número efetivo de partidos aumentar desde a primeira eleição verificada até a última, mas com um período de estabilidade neste ínterim. Também de forma estável o Uruguai segue o caminho inverso com a redução de ( $N$ ) de 3,3 para 2,3 no período analisado. No mesmo caso verifica-se a menor média histórica ( $N= 3,0$ ).

Destaca-se a redução no número efetivo de partidos no caso da Venezuela, com reduções quase pela metade de ( $N$ ) nas três últimas eleições, instabilidade aparente que vem reforçada pelo desvio ( $\sigma = 1,6$ ). Também no caso da Bolívia e sua última eleição (com vitória

<sup>10</sup> Os dados correspondem às eleições de Brasil (1994,1998,2002,2006); Bolívia (1993,1997,2002,2005); Chile (1993,1997,2001,2005); Uruguai (1989,1994,1999,2004) e Venezuela (1193,1998,2000,2005).

da oposição de esquerda) os dados apontam para a redução pela metade de ( $N$ ) acompanhada de instabilidade ( $\sigma = 1,4$ )

Brasil e Equador apresentam os maiores valores médios para ( $N$ ), (8,2 e 5,8). O grau de variação para ambos os casos é bem próximo ( $\sigma = 1,1$  e  $1,0$ , respectivamente) apesar de, relativamente, a variação no Brasil se menor posto que opera sobre uma base de valores maior. Cabe lembrar que como verificado por Nicolau (2005) os valores de ( $N$ ) são um construto matemático. Por isso, não é possível fazer o caminho de volta ao mundo partidário e identificar quais partidos são aqueles. É equivocado tentar identificar quais são os *partidos efetivos*. O índice é do *número efetivo*, e não de *partidos efetivos*.

O principal limite dos índices ( $HH$ ), ( $F$ ) e ( $N$ ) é que tendem a superestimar o impacto das maiores unidades, enquanto o das menores é subestimado. Sartori (1982) lembra os limites do índice ( $F$ ) que nesse aspecto também valem para ( $N$ ):

Sem dúvida, a fracionarização de Rae é uma medida do número e, mais ainda, do tamanho dos partidos. Mas a medida, na verdade, supervaloriza os partidos maiores e condensa demasiado rapidamente os partidos menores – como é evidente, já que as porcentagens partidárias são quadrados. Por exemplo, um partido cujo tamanho é de 40% contribui com 0,16% para a soma dos quadrados, ao passo que um partido de 10% contribui apenas com 0,01% (na verdade, um valor desproporcionalmente baixo). (Sartori, 1982:337).

Por razões específicas, os pesquisadores têm escolhido um ou outro para utilizar em suas investigações. Ao contrário da linha de interpretação que sustenta que ambos os índices comportam a mesma informação, Santos (2006) enxerga diferenças fundamentais entre os dois. A base amostral e suas estatísticas (média e desvio padrão) apontam para tal. Contivessem a mesma informação e a estabilidade medida pelo desvio padrão seria verificada nos mesmos casos, independente da análise pelo índice ( $F$ ) ou ( $N$ ), o que não se verificou. Na análise da fragmentação apenas Bolívia e Venezuela apresentaram alta volatilidade do índice. Dos resultados sobre o número efetivo de partidos, além dos dois casos anteriores, Equador e Brasil apresentam alta volatilidade relativa. Isso parece confirmar a linha de Santos (2003) sobre a variabilidade das informações e dos conceitos contidos em ( $F$ ) e ( $N$ ).

Por tratarmos com distribuições diferentes para cada caso e pelo comportamento errático dos dados no sentido de não permitir um melhor agrupamento dos casos nacionais em dois ou três blocos distintos recorreu-se ao coeficiente de variação ( $\zeta_o$ ), uma medida de

dispersão que se presta para a comparação de distribuições diferentes<sup>11</sup>. A solução é usar o coeficiente de variação<sup>12</sup>. Ao se determinar ( $\zeta_{\omega}$ ) é possível saber de que forma o desvio padrão está para a média. A Tabela 4 apresenta esses dados.

Para a Venezuela, pode-se afirmar que, em média, os desvios relativamente à média atingem 22,3% para a fragmentação e 43,7% para o número efetivo de partidos. Isso significa que em comparação com outros casos existe alto grau de instabilidade dos dados em análise comparativa. Uma comparação interessante, e que mostra a relevância desse indicador é que para o caso do (N) do Brasil, em que pese ter uma das volatilidades mais altas ( $\sigma = 1,1$ ) em termos comparativos ela atinge apenas 13,3% da média histórica. Ou seja, mesmo com a terceira maior volatilidade para (N) em termos absolutos, na análise comparativa, tendo em vista uma média historicamente maior para o número efetivo de partidos, a volatilidade para o número efetivo de partidos é a terceira menor (13,3%).

Tabela 4  
Coeficiente de Variação para (F) e (N)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Equador	Uruguai	Venezuela
$\zeta_{\omega}$ (F)	4,8%	15,0%	2,0%	2,6%	3,3%	8,4%	22,3%
$\zeta_{\omega}$ (N)	10,3%	33,8%	13,3%	10,5%	16,8%	14,5%	43,7%

Fonte: Elaboração Própria

O coeficiente de variação nos permite confirmar os dados apontados pelo índice de fragmentação (F). Para os casos estudados, mesmo apresentando médias mais baixas de fragmentação no período, de Bolívia e Venezuela apresentaram desvio muito alto e ( $\zeta_{\omega}$ ) confirmou que em termos comparativos essa instabilidade é muito maior. No caso da Bolívia a distância entre o desvio e a média alcançou 15%, significando que os dados são muito mais heterogêneos do que de outros casos, salvo o da Venezuela que apresentou-se ainda maior apontando para o fato de que quase a média histórica sofre variação de 22,3%.

Se o coeficiente de variação apenas confirmou a impressão sobre (F) variação, no que se refere a (N) ele foi decisivo. Segundo a Tabela 3, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela apresentam maior volatilidade dos dados ( $\sigma = 1,4$ ; 1,1; 1,0 e 1,6). Contudo, a análise comparativa de ( $\zeta_{\omega}$ ) permite verificar que Brasil e Equador não apresentam

<sup>11</sup> O desvio-padrão, uma medida de dispersão, é relativo à média e como duas distribuições podem ter médias diferentes, o desvio dessas duas distribuições não é necessariamente comparável em termos absolutos, apenas relativos.

<sup>12</sup> que é igual ao desvio-padrão dividido pela média.

variabilidade relativa tão alta. Pelo contrário, em termos relativos heterogeneidade dos dados é bastante baixa, sendo o Brasil o terceiro país com menor variação (13,3%) e o Equador (16,8%) com ( $\zeta_0$ ) muito próximo ao do Uruguai (14,5%).

No caso de Venezuela e Bolívia o número efetivo de partidos sofre variações muito grandes. No primeiro caso percebe-se que ( $N$ ) tende a variar em quase metade, ou seja, tomando por base a média do número de partidos efetivos, os dados amostrais para cada uma das eleições analisadas variam ao ponto do NEP ser o dobro ou a metade de uma eleição para outra. No caso da Bolívia, embora a variação não seja tão grande como a venezuelana, ela ainda é muito superior aos demais casos analisados. Assim, temos como resultado que as poliarquias de Venezuela e Bolívia estão em um grupo onde a alta instabilidade de índices como ( $N$ ) e ( $F$ ), e seus derivados estatísticos, nos permitem concluir pela menor institucionalização desses sistemas. Os demais casos (5) inicialmente estariam colocados em outro grupo, contudo seguiremos refinando a análise.

### *Volatilidade Eleitoral*

O índice de volatilidade eleitoral é o principal instrumento de análise da dinâmica de um sistema partidário. A volatilidade indica a porcentagem agregada do eleitorado que, entre duas eleições sucessivas, modificou seu voto. Isto é, o voto no partido A no tempo  $T$  transforma-se em voto no partido B no tempo  $T + 1$ .

A preferência dos eleitores entre duas eleições sucessivas e sua opção partidária é uma ferramenta valiosa na análise do movimento partidário sobre o eixo ideológico. A transformação dos partidos na intenção de captar o maior número de votos acaba por estreitar as diferenças ideológicas e de classe. A diluição ideológica para a maximização de escrutínios leva à configuração daquilo que Kirchheimer (1966) definiu como “*catch all parties*”. O uso intenso dos meios eletrônicos (TV, rádio, internet) permitindo um contato direto e genérico com o leitor; as campanhas eleitorais cada vez mais personificadas na figura do candidato em detrimento do partido e o surgimento de novos conflitos sociais suscetíveis de incorporação pelos partidos são elementos potencializadores da mobilidade ideológica.

O estudo da volatilidade tem por objetivo investigar a capacidade do sistema partidário de gerar eleitores cativos ao longo dos anos. A hipótese é a de que em sistemas partidários consolidados existe relativa estabilidade das preferências eleitorais e da força

parlamentar dos partidos, com a contínua reafirmação dos laços entre eleitores e partidos. Assim, sistemas partidários estabilizados teriam taxas de volatilidade reduzidas, próximas a zero, ao passo que sistemas instáveis teriam elevadas taxas de volatilidade e pouca lealdade entre os agentes políticos.

A soma da mudança dos votos obtida pelos partidos entre duas eleições consecutivas é base da análise da volatilidade eleitoral. Segundo Pedersen (1985) o índice de volatilidade eleitoral é a medida do total de ganhos acumulado pelos partidos vencedores em uma dada eleição. Ou, por outro lado, é o total de perdas sofridas pelos partidos derrotados em determinada eleição.

O índice de volatilidade deve ser entendido como uma medida genérica da estabilidade eleitoral, pois apresenta algumas restrições que devem ser analisadas em conjunto sob pena de se produzir resultados inconsistentes com os dados ou com vieses de maior ou menos estabilidade. A incorporação de novos eleitores, a morte de outros, movimentos migratórios dentro e fora da circunscrição eleitoral, são elementos cuja análise conjunta é necessária, em certos casos, para evitar imprecisões. Ainda, a volatilidade agregada – medida pela votação obtida pelos partidos – pode esconder a volatilidade individual pois grandes mudanças no comportamento, em especial em sistemas com poucos partidos relevantes acabam por se anular mutuamente.

A institucionalização do sistema de partidos pode ser auferida com base na volatilidade eleitoral, em especial na análise das eleições para as câmaras baixas dos países em questão. A variação no número de bancas obtidas por cada partido entre duas eleições aparece como instrumento razoável para medir a volatilidade e correlacionar com o grau de institucionalização do sistema de partidos. Pedersen (1985) propôs a seguinte fórmula para calcular o índice de volatilidade eleitoral ou parlamentar agregado:  $V_t = 1/2 ([P1V] + [P2V] + [P3V])$ ; onde V representa a diferença percentual de votos de cada partido em duas eleições consecutivas<sup>13</sup>

Tabela 5  
Volatilidade Eleitoral

---

<sup>13</sup> O cálculo do índice é feito obedecendo ao seguinte padrão: o percentual de votos obtido por um partido é subtraído do percentual de votos alcançado pelo mesmo partido na eleição antecedente. A diferença indica a volatilidade e os sinais (-) e (+) revelam, respectivamente, declínio ou crescimento de um partido. A volatilidade total (Vt) é posteriormente conseguida pelo somatório da volatilidade de cada partido (desconsiderando o sinal) dividido por dois.

País	Período	Volatilidade Média	Período	Volatilidade Média	Volatilidade 2000/2005
Argentina	1983-93	13	1983-99	14	27
Bolívia	1979-93	33	1980-97	29	28
Brasil	1982-90	41	1982-98	32	21/15*
Chile	1973-93	16	1989-97	2	4
Equador	1978-90	33	1979-98	30	26
Uruguai	1971-89	9	1984-99	12	16
Venezuela	1973-93	18	1978-00	29	40

\*dados segundo o IUPERJ

Fonte: Lanzaro (2006) e IUPERJ

Historicamente Chile e Uruguai apresentam baixo índice de volatilidade eleitoral, característico de sistema de partidos com agentes bem arraigados e que conseguiram se manter representativos frente as demandas sociais com o passar dos anos. Evidentemente que tal institucionalização se deve, em boa medida, a um sistema eleitoral que proteja e garanta o funcionamento do sistema de partidos como um todo. A volatilidade com valores inferiores a 20 pontos para os dois casos aponta para estabilidade do sistema comparável a países tidos como democracias avançadas.

Operando na faixa entre zero e 100 pontos (ou zero a 1,0 em índice) a volatilidade eleitoral chilena (4 ou 0,04 no período 2000-2005) mostra que é a mais baixa dentre os casos analisados e que os ganhos e perdas naquele sistema se produzem muito marginalmente, não se verificando grandes variações percentuais entre o número de votos recebidos pelos partidos que compõe os dois grandes blocos políticos daquele país. Já no caso uruguaio o avanço da composição oposicionista (FA) veio paulatinamente incrementando a volatilidade. Contudo por se tratar de um processo histórico com origem antes mesmo do período autoritário com ganhos eleitorais reais, mas graduais, a volatilidade não se agudizou. Exceção feita entre as duas últimas eleições onde o Partido Colorado sofre maciça derrota com transferência de seus eleitores para o outro partido tradicional e para a própria FA.

Como observa Lanzaro (2006) no Brasil a volatilidade vem diminuindo sensivelmente e nas últimas eleições chegou a registrar marcas abaixo da metade das registradas nos anos 1980. Da mesma forma que operam os *pace setters* europeus, em termos institucionais, o PT no caso brasileiro é visto como o partido de esquerda capaz de emular moderação ou radicalização dos demais partidos competitivos sob a necessidade de se reorganizarem para melhor competir. O desempenho petista contribui para dar certa estabilidade ideológica (dependente do *pace setter*), estabilidade dos padrões de competição eleitoral e redução da volatilidade eleitoral.

Na Argentina o tradicional e fraco sistema de partidos tem de conviver com partidos relativamente fortes. A alta fragmentação partidária afeta os mais antigos atores do sistema o PJ e a UCR. A volatilidade com marcas intermediárias nos anos 1980 e 1990, passa a crescer de forma exponencial a partir de 2001, chegando a alcançar 27 pontos (0,27) no período 2003-2007, mesmo com bom desempenho do peronismo como bloco a ajudar na redução da volatilidade.

O mesmo ocorre com os casos de Bolívia, Venezuela e Equador que apresentam volatilidade bem elevada. Na Venezuela a chegada de Hugo Chaves à presidência rompeu com o sistema de partidos que teve origem do *Pacto de Punto Fijo* (1958). Na Bolívia a sucessão de crises fez com que os avanços em termos de estabilidade do sistema de partidos desde a transição democrática se perdessem rapidamente com o avanço de novos partidos e movimentos sem raízes históricas bem definidas. Da mesma forma no Equador a instabilidade partidária é grande e compromete a institucionalização do sistema dado que este é marcadamente pulverizado, ampliando os índices de volatilidade.

A Tabela 6 é elaborada com os resultados verificados pela adoção dos índices de Fragmentação (*F*), Número Efetivo de Partidos (*N*), Volatilidade Eleitoral (*V*) e Competição Efetiva (*C*). Dentro de um sistema binário foi atribuído o grau 1 (um) para os casos onde os dados permitem verificar bom grau de institucionalização e grau 0 (zero) onde os dados não permitem verificar institucionalização ou apontam para a instabilidade dos índices.

Venezuela e Bolívia não apresentaram, pela análise dos dados, nenhum índice que pudesse indicar alto grau de institucionalização de seus sistemas eleitorais ou de partidos. Argentina e Equador sofrem com a baixa capacidade competitiva de seus sistemas e pela alta volatilidade eleitoral, apesar de apresentarem um número efetivo de partidos e fragmentação estáveis.

Tabela 6  
Institucionalização verificável pelos índices (*N*), (*F*), (*V*) e (*C*).

	(N)	(F)	(V)	(C)	Total
Argentina	1	1	0	0	2
Bolívia	0	0	0	0	0
Brasil	1	1	1	1	4
Chile	1	1	1	1	4
Equador	1	1	0	0	2
Uruguai	1	1	1	1	4
Venezuela	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração Própria

Os demais casos apresentam níveis bastante estáveis o que contribui para a institucionalização dos sistemas eleitoral e de partidos. A vitória da esquerda nesses países, diferentemente dos da maioria dos outros casos, não implicou na instabilidade dos índices analisados. A verificação corrobora que Brasil, Chile e Uruguai apontam no caminho proposto por Lanzaro (2006) que apresenta tais casos como sendo um mesmo tipo de esquerda democrática, batizada de socialdemocracia *criolla*.

### A TRÍADE *CRIOLLA*

A transição do final dos anos 1980, que corresponde à “terceira onda de democratização” segundo Huntington (1994), centrada na execução de um amplo conjunto de reformas políticas comprometidas com a erradicação da herança autoritária. Conduziu tais sociedades a uma nova etapa de seu desenvolvimento político. A instauração de sistemas poliarquicos dotados de maior ou menor consistência de acordo com a experiência histórica de cada país.

O resultado político mais notório nos países em análise foi a construção da ordem democrática sobre bases mais estáveis. A ruptura com a tradição golpista, um razoável consenso em torno das regras do jogo democrático, a capacidade de lidar com o grau de indeterminação típico da democracia através do acatamento dos resultados eleitorais, a tolerância do dissenso e o respeito à gestão negociada dos conflitos abriram uma nova fase no aperfeiçoamento da ordem política destas sociedades.

Przeworski (1994) bem declina essa ideia de acatamento das decisões democráticas:

“todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza” (Przeworski, 1994:31)

Os requisitos mínimos de um sistema democrático, no qual o poder é preenchido por candidatos escolhidos em eleições livres e regulares, em condições de sufrágio universal e sob o princípio de garantias mútuas, que garantem o acatamento dos resultados da competição eleitoral, são verificados nos três casos tomados para análise. Por outro lado, não

se pode dizer que eles tenham alcançado um nível de otimização dos recursos democráticos e que se tenham esgotado todos os componentes da agenda democrática contemporânea.

Mesmo com os avanços, persiste o problema da reforma do Estado no contexto de democracias sustentáveis, conjugando a capacidade de gerenciar a dinâmica política de uma sociedade complexa e plural à qualidade das políticas públicas em termos de responsividade e de responsabilidade face o conjunto da sociedade. A responsabilidade política pode ser testada no processo eleitoral, quando os cidadãos têm a oportunidade de aprovar ou não os atos dos governantes, reconduzindo-os ao cargo ou levando-os à derrota nas urnas. Entretanto, as eleições (accountability vertical) não bastam. Para proporcionar níveis satisfatórios de responsabilidade e responsividade (capacidade de resposta dos governos às necessidades e preferências dos cidadãos) é necessário um desenho institucional complexo constituído de uma série de mecanismos e procedimentos de cobrança e prestação de contas de forma a garantir intervenções governamentais eficazes.

Przeworski (1994) salienta que mais além da discussão acerca de maior ou menor intervenção, o importante é a qualidade da intervenção do Estado, que depende, em grande medida da eficácia dos mecanismos que obrigam os governos a prestar contas de seus atos perante o público. Por isso a questão democrática não pode ser dissociada da reavaliação do papel do Estado nas sociedades em desenvolvimento, bem como do aperfeiçoamento do arcabouço institucional e das práticas políticas das novas democracias.

Nos casos em análise (Brasil, Chile e Uruguai) os três partidos que encabeçam os movimentos socialdemocratas no governo central (PT, PS, FA) apresentam um caminho evolutivo bastante similar onde se destaca a moderação ideológica. Mesmo compreendendo um grupo muito próximo, com muitas afinidades, cada caso tem características próprias, fruto de ações e reações distintas que repercutem diretamente na construção de cada um como parte em governos socialdemocratas limitados.

Segundo Lanzaro (2006) o PS chileno parece mais enraizado em uma condição de partido eleitoral de elites, ao serviço do governo engajada na *Concertación*. A necessidade de buscar maior convergência dentro do PS se fez por meio de um processo de reunificação vinculado a uma conversão ideológica e política. Desde a experiência do governo Allende, passando pelo período autoritário, até a transição democrática esse processo complexo vai gerando efeitos moderadores que se acentuam com as amarras institucionais deixadas pós-

autoritarismo, pelo indisfarçável apelo da direita dentro da sociedade chilena e, sobretudo pela aliança com a democracia cristã.

O fardo que cabe ao PS carregar gera a cautela frente qualquer tipo de risco macroeconômico e político, evitando a polarização e mesmo mobilizações populares. Essa estratégia atinge diretamente sua relação com os sindicatos e com a esquerda comunista, mas também é responsável por uma transversalidade dentro da *Concertación* e como mediação com a direita e garante o eixo de ação concertacionista de governabilidade política, institucionalidade econômica e equidade social.

Na FA uruguaia o perfil de partido eleitoralmente competitivo foi criado sem que se perdesse a militância, as redes de organização e, em especial, as práticas de mobilização. A manutenção dos vínculos sindicais e com os grupos sociais (mesmo que pela ausência de outro interlocutor hábil) é marca da FA. A estratégia de conjugar as mudanças programáticas exigidas na disputa eleitoral, com a manutenção da oposição perante uma agenda de reformas (neo)liberais que varreram o continente, permitiu ao partido operar como *veto player* na medida em que ampliava suas votações e o número de representantes legislativos. Dado esse *background*, naturalmente as variações ideológicas são mais limitadas no campo interpartidário, o que amplia a discussão interna com vários setores e dirigentes, dada qual apoiado em sua lista eleitoral, com diversos graus de vinculação e contrariedade com os rumos da agremiação.

No caso brasileiro o PT depois de anos criticando a própria socialdemocracia, recusando qualquer aproximação com seus herdeiros heterodoxos da Terceira Via, questionar a opção daqueles grupos, partidos ou personalidades que já tinha feito, consciente e voluntariamente, o caminho para o reformismo democrático e para a administração sensata do capitalismo, se agrupou entorno das premissas socialdemocratas. Os preceitos e princípios do reformismo moderado e do realismo econômico são a última grande recapitulação ideológica de uma trajetória política extremamente bem sucedida em termos de desempenho eleitoral e alcance social.

Parte das diferenças entre os partidos está ancorada na forma como se dá a liderança do presidente. Vázquez (FA) conjuga as funções de chefe de governo e chefe de partido por um período de quase 15 anos. Lula da Silva (PT) que também desempenhou por muitos anos ambas chefias, adjudicou-se a posição de líder de suas coalizões de governo

projetando uma imagem de figura nacional relativamente desvinculada do PT para a grande massa. O caso do PS chileno é diferente, este apenas encabeça a chapa presidencial da *Concertación* com Lagos e depois com Bachelet, onde os condicionamentos de poder se fazem sentir ainda mais.

O pragmatismo dá lugar a várias formas anteriormente concebidas de poder e de forma de governo. O PS juntamente com a *Concertación* opta por cultivar uma política de consenso com o bloco de direita, mesmo tendo a maioria legislativa. Essa prática segue mesmo quando a maioria parlamentar é perdida no governo Bachelet. No Brasil a prática consuetudinária do presidencialismo de coalizão é mantida pelo governo de Lula da Silva (PT). Esse presidencialismo de compromisso é construído como uma forma de cooptação onde o objetivo é formar uma maioria parlamentar que sirva de base de apoio do governo, com custos mais altos que uma hipotética formação majoritária pré-eleitoral. Embora tenha sido o último dos três a chegar ao poder, a FA quando logrou tal feito o fez de forma majoritária, sem a necessidade de coligações ou coalizões governamentais. Por não necessitar de compromissos pré ou pós-eleitorais a FA adotou a premissa de prescindir da oposição.

Apresentando traços em comum e linhas características por vezes bastante diferentes, PT, PS e FA formam a mais nova e reformulada esquerda democrática do continente. Políticas diferentes com premissas idênticas marcam os três casos. Com trajetórias eleitorais relevantes no período pós-autoritário a socialdemocracia *criolla* caracteriza-se como fenômeno inédito e elemento amalgamático do institucionalismo onde o populismo e o nacional populismo sempre se apresentaram como caminho viável, e por vezes não democrático.

#### *Acessando o Governo Central*

Em quase todos os países sul-americanos se percebe um regime do tipo democrático representativo com características formais (DAHL, 1997). Isto significa que há eleições regulares, abertas e competitivas. Os líderes são escolhidos por meio destes mecanismos eleitorais, uma vez eleitos, governam por intermédio de instituições por tempo determinado. A sociedade tem o direito à organização, e a contestação política é permitida. Em outras palavras: a poliarquia está instituída.

As teorias da modernização entendiam que o desenvolvimento econômico levaria, inevitavelmente, à institucionalização da democracia, ou seja, sinalizavam para o

crescimento econômico, para a urbanização, para os índices crescentes de melhoria no nível educacional das populações e para a qualidade da saúde, que incidiriam em um processo virtuoso de construção democrática, pois tais sociedades demandariam cidadãos autônomos e organizados. A modernização aparece como pré-condição necessária para a emergência e a estabilidade de um governo democrático (NUN, 1994). Essa tese via a modernização como variável independente e a democracia, a variável dependente. Revalida-se o planejamento econômico e a implementação de políticas públicas, aparentemente direcionadas pelos gestores públicos para promover condições objetivas para a democracia, dando-se ênfase aos aspectos econômicos.

Embora a teoria da modernização tenha se mostrado insuficiente para a explicação das transições de regimes autoritários para democráticos, talvez o mesmo não se possa dizer sobre a necessidade da manutenção de certo *status* econômico como fiador da esquerda democrática. Especialmente nos países em análise que, como visto anteriormente, compõe um grupo com sistema de partidos e eleitoral bastante institucionalizado e de baixa instabilidade.

A vitória em eleições presidenciais dos partidos de esquerda em análise não se deu de forma concomitante e muito menos orquestrada no tempo. A transição dos regimes autoritários para a democracia marca apenas o primeiro momento de oportunidades para as esquerdas democráticas em renovação. Em nenhum dos três casos a vitória da esquerda se deu imediatamente após a redemocratização, foi necessário um processo longo (mais de uma década) para que as esquerdas conseguissem se remodelar ao ponto de ampliar sua esfera de influência eleitoral através da moderação do discurso e da aceitação de limites institucionais impostos pela democracia e pelo mercado.

Como aponta Marenco dos Santos (2008) o êxito eleitoral e a posterior chegada ao governo nacional de partidos de esquerda podem representar uma prova fundamental para a tese da estabilidade institucional da redemocratização no continente. A transição democrática se perfectibiliza mais além do acordo sobre os procedimentos para a eleição de governantes e chefes de governo, ela está na amplitude permitida aos eleitos em gerar políticas efetivas, sem amarras que não as institucionais.

Como lembra Dahl (1997) a institucionalização de poliarquias é o resultado de circunstâncias onde os custos da exclusão política superam os da tolerância de forças

desafiantes. Mas esse fenômeno não é binário, é um processo que tem como características marcantes, na passagem do autoritarismo para a poliarquia, alguns eventos chave. Marengo dos Santos (2008) enumera esses eventos e os coloca na seguinte ordem cronológica: (1) Início da Transição; (2) Governo Civil; (3) Eleição Presidencial Direta; (4) Presidente de oposição ao Regime e (5) Presidente de Esquerda.

Por vezes esses elementos podem estar sobrepostos, mas ainda que latentes eles estão presentes no processo. O que se verifica da análise das vias que conduziram as esquerdas institucionais ao governo nacional no Brasil, Chile e Uruguai é que existem dois processos distintos. No primeiro a FA uruguaia se vale de um longo processo de acumulação de forças opositoras operando como um vórtice capaz de anexar e integrar pequenos grupos e ser capaz de manter sua hegemonia como polo de oposição. PT e PS se valeram de um sistema de coalizões para alcançar o governo nacional, contudo essa linha apresenta secções diferentes para cada caso.

O PT se vale de coligações oficiais com pequenos partidos mais à direita do espectro ideológico, como o PL em 2002, para no período pós-eleição estruturar uma coalizão de governo. O PS sai da posição de ator relevante dentro do bloco de oposição vitorioso em 1989 para paulatinamente ocupar o lugar mais destacado dentro da *Concertación* e apresentar o candidato do bloco para a disputa presidencial em 1999.

Os diferentes rumos que permitiram essas esquerdas alcançar o governo nacional em seus países conduziram para diferentes soluções de adequação nas formas e métodos governamentais que se sucederam. O que é comum a todos é o revisionismo ideológico e programático necessário para que pudessem inaugurar um movimento no eixo do espectro ideológico capaz de garantir os necessários sufrágios para uma vitória nacional. Esse movimento consciente e voluntário para o centro do eixo esquerda-direita por um lado garantiram a prosperidade eleitoral, mas por outro distanciaram esses partidos de suas bases obreiras e sindicais, em alguns casos mais (PS) em outros menos (FA), mas ainda mantendo com eles maior e melhor vinculação que seus adversários.

A renúncia a pretensões de transformações profundas do capitalismo e da sociedade fruto desse modo de produção pela aceitação de certos paradigmas macroeconômicos e limites da ação estatal sobre a sociedade, permitiram a conversão desses partidos ligados a uma esquerda histórica e socialista em partidos mais competitivos. A

ampliação dessa competitividade é que garantiu o acesso ao governo nacional de forma mais efetiva e menos voluntarista. A assunção da condição de *catch-all parties* com o objetivo de vencer eleições veio, nos casos da FA, PS e PT, acompanhada de limites institucionais e responsabilidades macroeconômicas que abriram espaço para a esquerda mais radicalizada, seja na forma de outros partidos, seja na de facções internas, mas que garantiram a consolidação das instituições poliarquicas da transição democrática.

Esses partidos de esquerda, de filiação socialista, reformista e até mesmo revolucionária, apresentam-se hoje como fiadores da instalação de governos de esquerda em sistemas institucionalizados que apesar de trajetórias diferentes são a mais pura expressão da moderna e renovada socialdemocracia. A opção pela competição eleitoral, dentro de um sistema razoavelmente institucionalizado, representa mais do que a aceitação das regras da democracia, representa, também, a assunção dos preceitos de uma democracia liberal representativa, de paradigmas macroeconômicos capitalistas e um sistema de mercado livre, ainda que com algum marco regulatório.

Acatar as restrições econômicas trazidas pela globalização e pelas relações entre capital e trabalho em âmbito nacional é uma opção em uma via de mão dupla onde a outra faixa traz condicionantes políticas internas como a importância do controle da inflação, as pressões por redução de impostos e gastos governamentais, tudo em observância a um sistema eleitoral punitivo e por vezes plebiscitário, mas sempre competitivo e cada vez mais institucionalizado. A seu turno uma matriz ideológica que ainda permanece forte no discurso dessas esquerdas é o pálio sobre o qual políticas públicas de emprego, renda e distribuição são concebidas e postas em prática mesmo com as limitações e condicionantes que se impõe.

Da mesma forma que ocorreu com a socialdemocracia na Europa, a esquerda socialdemocrata latino-americana (minoridade entre as esquerdas do continente) teve de aceitar algumas restrições impostas pelas dimensões básicas da democracia e com isso fazer a transição de esquerdas opositoras para governos de cunho socialdemocrata reformado em sistemas relativamente institucionalizados. A admissão da via eleitoral como caminho exclusivo para alcançar o governo, e uma vez lá a aceitação das normas republicanas de obediência às instituições democráticas e o respeito aos freios e contrapesos impostos por esse tipo de regime são corolário dessa renovação do reformismo seja europeu ou latino-americano.

Claro que o modelo europeu e o latino-americano guardam suas peculiaridades, assim como guardavam no auge do keynesianismo clássico. Mas os mesmos desafios da socialdemocracia europeia em tempos de neoliberalismo ou de crise financeira se apresentam na periferia do sistema, com algumas variações locais, mas num conjunto que aproxima os governos do Brasil do Chile e do Uruguai e os afasta, independente da retórica, das demais esquerdas sul-americanas.

Mas essa aceitação de regras não tem o mesmo caráter meramente instrumental para chegar ao governo de outrora - ainda presente na esquerda mais radical. O compromisso renovado é de incorporar a democracia representativa aceitando a pluralidade e em especial a efetiva competição eleitoral seja da centro-direita, seja de novos desafiantes. Essa rede vinculações implica, por consequência, a aceitação do capitalismo, mas não exclui a idéia reformista incutida na socialdemocracia. O reformismo, além de renovado, passa a ser, também, moderado.

A mesma limitação imposta pela necessidade de continuidade de certas agendas, em especial a macroeconômica, é vista por Przeworski (2001) e o conceito de *policy regime*. Segundo a definição, independente da inclinação ideológica, partidos em regimes institucionalizados tendem a seguir um mesmo pragmatismo que se mostra aceitável pelas elites políticas, mesmo com alguma resignação, dado que os limites da democracia representativa são imperativos para ambos os lados. Por isso a rede institucional que limita e transforma a socialdemocracia também opera frente os antigos partidos que agora compõe a oposição, que deve ser democrática.

Contudo não se pode apregoar que exista uma uniformização necessária, pois ela sequer é presumível. O que se verifica é uma necessidade de convergência de discurso (pré-eleitoral) e de pragmatismo (pós-eleitoral). Mas a ideologia entranhada nos partidos como o PT, o PS e a FA não é indiferente, a retórica da diferenciação frente seus opositores e governos anteriores é notória. Políticas diferenciais em áreas de sua prioridade histórica são evidentes, independente de serem bem sucedidas ou não, como desenvolvimento econômico sustentável, reforma do Estado, regulação de mercados, formas de inclusão social e ampliação dos direitos de cidadania.

## BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, David & PÉREZ LIÑÁN, Aníbal. Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries, en *Democratization* 9. 2002.

AVELINO FILHO, George. Democratization and social expenditure in Latin America, 1980-1994. 2000. Tese (doutorado)- Stanford University, Palo Alto, 2000.

CALDEIRA Gregory; PATTERSON Samuel. Getting Out the Vote: Participation in Gubernatorial Elections, *American Political Science Review*, Vol.77, No.3 1983.

COHEN, Ernesto. Los desafíos de las políticas y la gestión social en América Latina. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 4, p. 403-417. 2005.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos De Mudança Política Na América Do Sul Contemporânea. In: *Revista de Sociologia e Política* Nº 27: 107-123. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006

COUTINHO, Marcelo. Democracias andinas: chegando tarde à festa. Artigo apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado em Belo Horizonte de 26 a 29 de julho. 2006.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Edusp, São Paulo, 1997.

HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. Revising Social Contracts: Social Spending in Latin America, East Asia, and the Former Socialist Countries, 1980-2000. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 24, n. 1, p. 67-93. 2004.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Edusp, 1975.

LANZARO, Jorge. La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia. V Jornadas de Investigación Científica Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República Montevideo, 28, 29 y 30 de Agosto de 2006.

OCAMPO, José A. Distribución del ingreso, pobreza y gasto social en América Latina. *Revista de la Cepal*, Santiago, v. 65, p. 7-14. 1998.

PEDERSEN, Morgens. “Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems, 1948-1977: Exploration in Explanation”. In: Daalder, Hans e Mair, Peter (eds.). *Western European Party Systems: Continuity and Change*. Beverly Hills, Sage, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge University Press: Cambridge, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Social Democracia*. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

SANTOS, Cristiane C. B. Ideologia, Partidos Políticos e Gasto Social na América Latina (1980-1999). 2006. 181 fl. Tese (doutorado)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982.

TSEBELIS, George. *Veto Players: How Political Institutions Work*. Princeton University Press, 2002.